

Revista

HOSPITALIDADE

e-ISSN 2179-9164

V. XI, número 1 – junho 2012



RESENHA DE LIVRO: CUNHA, Newton. **Cultura e Ação Cultural** – uma contribuição à sua história e conceitos. São Paulo: Edições SESC SP, 2010. 112p.

Realizada por Mário Fernandes da Silva Mestrando em Hospitalidade (Universidade Anhembi Morumbi), graduado em Educação Física (Escola Superior de Educação Física de Jundiaí). Atualmente é gerente adjunto do Serviço Social do Comércio, SESC Interlagos. Email: mfsprof@ig.com.br

O autor tem larga experiência no estudo da ação cultural, tendo sido programador cultural do SESC São Paulo entre 1972 e 2007. Pós-graduado em filosofia, estudou na Sorbonne sob orientação do sociólogo Joffre Dumazedier. É autor de outras obras dentre as quais se destaca o *Dicionário SESC, a linguagem da cultura* (2003). Nesta obra, ele traz importantes reflexões que podem embasar uma articulação entre os conceitos de cultura e hospitalidade.

O autor destaca inicialmente o conceito de cultura ligado às ciências sociais. Para tanto, ele se apoia nos trabalhos de Pierre Bourdieu que amplia os conceitos apresentados por Edward Tylor. Nesta visão, cultura explica-se a partir da interlocução de estrutura, *habitus* e práticas, sendo que as práticas são o resultado dialético entre uma estrutura e um *habitus*. Esse conceito se caracteriza pela neutralidade, ou seja, não estipula uma escala de valores positivos ou negativos.

Uma segunda acepção do termo apresentado pelo autor trata da ação de cuidar cultivar, não mais a terra, mas o espírito, o intelecto, os conhecimentos. Neste caso, o conceito de cultura está relacionado com a verdade de um conhecimento, com o bem de uma ação moral e com a beleza de uma representação artística. Complementar a essa ideia, o autor sugere ainda que o mundo da cultura seria o da contemplação, o da sabedoria, da memória, do bem, da verdade e do belo, seria, portanto, um ideal.

Ainda neste capítulo o autor versa sobre um possível paralelo entre cultura e civilização e citando Nobert Elias, ele aponta que para a civilização cabem os sentidos de urbanidade, polidez, educação de hábitos sociais e aprimoramento da sensibilidade. Enquanto que para cultura caberia um conjunto de produtos criados pela ciência, pela arte e pela religião. Poder-se-ia acrescentar que a noção de civilização ajusta-se melhor à de hospitalidade, já que trata das relações interpessoais na cidade.

Outra utilização para a palavra cultura seria àquela ligada às manifestações que tem origem na língua, com suas variações dadas pelos comportamentos sociais ou hábitos do cotidiano, ficando mais evidentes nas criações artísticas ou artesanais populares. Portanto, conclui o autor, que cultura é aquilo a que se atribui uma espécie de essência espiritual, que distingue e provoca um sentimento de pertencimento étnico ou nacional. Isto, recentemente, daria origem à reivindicação atual pelos direitos culturais de um determinado povo.

Vale ressaltar a relevância desta sólida reflexão sobre as acepções do termo cultura, uma vez que este é fundamental para os estudos que pretendem em qualquer medida estudarem as relações humanas, também sob a ótica da hospitalidade.

Ao tratar da ação cultural, o autor discorre sobre os pressupostos socioculturais que privilegiam uma ação voltada ao desenvolvimento da cidadania na perspectiva do desenvolvimento humano. Vale dizer que ao longo deste estudo sobre ação cultural, ficou claro que esta se trata de uma forma de atividade simbólica e sociopolítica, que é realizada a partir de projetos oriundos de organizações da sociedade civil. Daí aquilo que mais tarde veio a ser denominada de política cultural, que corresponderia segundo o autor, a uma ação cultural institucionalizada e assumida pela esfera pública. Finalmente entre os diferentes percursos assumidos pela ação cultural, o autor destaca que a mesma pode ser entendida como extensão social da cidadania, da popularização dos saberes e das experiências de vida, somando-se as estéticas.

Buscando configurar um entendimento claro e mais objetivo para o que se chama de ação ou animação cultural, o autor apresenta uma detida reflexão sobre esses termos, na qual se utiliza inicialmente dos escritos filosóficos de Aristóteles. Passando também pela explanação dos conceitos trazidos pelos órgãos mundiais de fomento da cultura, apresenta ao leitor as versões oficiais pelos quais se reconhece internacionalmente o termo, conforme ficou estabelecido no V Congresso Internacional de Animação Sociocultural em 1999.

Como resultado desta reflexão, o autor apresentou uma possível definição para o termo ação cultural, no qual de maneira confluyente, esta fica reconhecida como uma intervenção que é ao mesmo tempo técnica, política, social e econômica, promovida pelos órgãos públicos, privados e do terceiro setor. Estes concebem programas, projetos e atividades relativos ao aprendizado de técnicas artesanais, artísticos e científicos; à difusão de obras simbólicas; à formação de grupos sociais, em defesa de direitos civis ou de cidadania; à educação popular de tratamento informal; ao aprendizado de habilidades corporais e desportivas; ao turismo social; à conservação e popularização do patrimônio; à criação ou formação de centros de informação; ao treinamento de animadores semiprofissionais.

Esta ação cultural estaria vinculada aos valores da diminuição das desigualdades culturais; à abertura de espaço para novos talentos; à análise das ideologias; experimentação e despertar de novos interesses; à formação de públicos e, por fim, à recuperação de registros históricos. Cabe ainda ressaltar que estes valores estariam resguardados por um ambiente adequado à prática e à teoria, capaz de transmitir conteúdos inovadores, alinhado com o meio no qual esta ação é proposta e que por último possibilitasse o desdobramento da experiência vivida.

Aqui o autor ofereceu uma valiosa contribuição para os que militam na área da ação cultural, pois fornece elementos que podem nortear o planejamento e a implantação de programas culturais voltados aos mais diversos públicos, apoiados na perspectiva da educação não formal.

Inicialmente, o autor apresenta o conceito de política cultural, que pode ser entendido como um conjunto de ações empreendidas pelos órgãos públicos por meio de programas e atividades de natureza artístico-intelectuais ou ainda aquelas que tenham valor simbólico para a sociedade, que sejam produzidas em nome do bem estar de uma coletividade. Neste conjunto estão contidas também as políticas de educação formal.

Fornece, ainda, e analisa criticamente diferentes modelos de política cultural de diferentes países. Começa analisando o programa *Narkompros* da União Soviética - um programa de intervenção oficial do Estado, que reconhecia a importância sociocultural das artes, instituído em 1917, e envolvia, dentre outras ações, uma de natureza ambulante, denominada *agitprop* que tinha a finalidade de levar ao público uma política marcada pela propaganda oficial de governo.

Em seguida, traz exemplos do pensionato artístico e o Departamento de Cultura de São Paulo em 1935/7, ações ministeriais nacionais, a começar pelo Governo Vargas em 1953. Em

seguida, analisa o modelo de Casa da Cultura de André Malraux, na França, implementado entre 1960 e 1961 que trazia (1) uma intenção ideológica expressa; (2) uma filosofia estatal de apoio seletivo à criação artística profissional e (3) um orçamento, uma estrutura administrativa e modos de operação próprios. Institucionalmente era decretada a missão de tornar acessíveis as obras capitais da humanidade e primeiramente as da França.

Finalmente, comenta a participação da UNESCO, que, em 1982, destacou que uma política cultural, desde que bem realizada, constitui uma forma de expansão de conhecimentos e de práticas simbólicas, de integração social e de exercício da cidadania. Ratifica, assim, a importância dada às políticas culturais a partir do pós-guerra e a prosperidade econômica.

Sobre os modelos de intervenção do Estado, o autor destaca a posição de Harry Hilman-Chartrand que propôs uma tipologia de políticas culturais, exercidas pela figura do Estado: o Estado-facilitador, aquele que financia as artes por recursos indiretos; Estado-mecenas, que transfere recursos próprios para organismos autônomos; o Estado-arquiteto, que constrói ele próprio as práticas e ações culturais; e Estado-autoritário, aquele que dita as políticas.

O autor resume sugerindo que até hoje no campo das políticas públicas para cultura no Brasil persistem problemas para os quais ainda há um entendimento e, em consequência, uma resposta clara: a) qual a melhor forma de participação no processo decisório; b) como equacionar ações globais e locais; c) como equacionar os recursos e compatibilizá-los; d) quais apoios a quais projetos ou instituições; e) a construção de centros culturais e sua viabilidade nos dias de hoje; f) como evitar a concentração de recursos para eventos em detrimento dos processos.

Fica clara, no texto, a relação entre as políticas públicas e o fomento da cultura. Este fomento é marcado historicamente por períodos onde há maior ou menor interesse do poder público em promover ações culturais. Fica também claro um personalismo que marca períodos históricos em diferentes nações, sejam de cunho ideológico ou até mesmo por contingências econômicas.

Na última parte do livro, o autor mostra que alguns aspectos mais evidentes da globalização tratam do esvaziamento do papel do Estado, como um possível resultado da consagração das políticas neoliberais na maior parte dos países. Consagra-se, portanto um novo paradigma, o econômico. É nesse contexto que surgem as reivindicações pelos chamados direitos culturais, no qual o indivíduo vai lutar pelo direito de afirmar a sua individualidade, porém no ambiente em que ele seja reconhecido pelo grupo da sua inserção. Essa luta teve grande impulso no movimento

americano pelos direitos civis dos anos 1960. Tornando mais clara a ideia, o autor ressalta que “um direito cultural afirma-se como distinção, mesmo quando se pronuncia em nome da igualdade ou do universal”.

Sobre a contemporaneidade do tema, o autor complementa afirmando que a perspectiva dos direitos culturais ou do multiculturalismo vinculados às noções de diferença e identidade, é muito presente no pós-modernismo. Concluindo sobre esse assunto e ainda apresentando as controvérsias desta reflexão, o autor conclui dizendo literalmente que “o multiculturalismo confina-se com os limites da sociedade civil e acompanha, sem que disso se aperceba, a voga do liberalismo socioeconômico, característico dos tempos atuais”. Neste sentido, o autor aponta uma reflexão crítica que sugere um entendimento de que o paradigma econômico estaria contaminando até mesmo o campo sagrado da cultura.

Os estudos de cultura, ação cultural e políticas públicas tem grande importância para as questões de políticas de turismo e políticas de hospitalidade, que surgem cada vez mais sob a forma de títulos ou capítulos de livros e artigos. Do ponto de vista da hospitalidade, um recorte das reflexões de Newton Cunha coloca em evidência as relações entre os equipamentos culturais e seus usuários, bem como os rituais de hospitalidade. Tal como parques, hotéis, shoppings, etc. os equipamentos culturais estão mergulhados no desafio para o que se chama de hospitalidade urbana.

Recebido em maio de 2012.

Aprovado em junho de 2012.